outubro de 2019

Atravessando fronteiras: A crise dos deslocados em África e as suas implicações para a segurança

por Wendy Williams



CENTRO ÁFRICA
DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

CENTRO ÁFRICA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

O Centro África de Estudos Estratégicos é uma instituição académica do Departamento de Defesa dos EUA, estabelecida para servir como fórum de investigação, para programas académicos e troca de ideias sobre questões de segurança africana.

Atravessando fronteiras: A crise dos deslocados em África e as suas implicações para a segurança

por Wendy Williams

Trabalho de pesquisa N. 8
do Centro África de Estudos Estratégicos

Washington, DC
outubro de 2019

As opiniões, conclusões, e recomendações aqui contidas –expressa ou implicitamente- são exclusivamente dos contribuintes e não representam necessariamente os pontos de vista do Centro África de Estudos Estratégicos, do Departamento de Defesa ou de qualquer outro órgão do governo federal dos Estados Unidos da America.

Excertos do presente artigo poderão ser citados ou reimpressos sem autorização prévia, desde que esteja inclusa uma referência bibliográfica.

Primeira impressão, outubro de 2019

ISSN 2164-4128 (publicação impressa)
ISSN 2164-4101 (publicação digital)

Para obter informações adicionais sobre o Centro África de Estudos Estratégicos, consulte o site do centro: http://africacenter.org.

Conteúdo

Surto de pessoas deslocadas à força 1

Factores impulsionadores dos deslocamentos em África 6

Factores de curto prazo 6

Um conflito não resolvido perpetua o deslocamento 6

Governos repressivos 9

Fatores económicos 13

Factores estruturais 17

O aumento das populações aumenta a pressão sobre a juventude africana para migrar 17

As pressões ambientais aceleraram as deslocações de pessoas 20

Ameaças à segurança ligadas ao movimento da população em África 23

O fortalecimento das redes criminais 23

O custo humano dos deslocados 27

As atuais estratégias são insuficientes 30

A União Africana: uma história de boas intenções, mas de implementação inconsistente 31

Assistência internacional: Objetivos de curto prazo aumentam os desafios de longo prazo 34

Recomendações 39

Conclusão 53

Notas 54

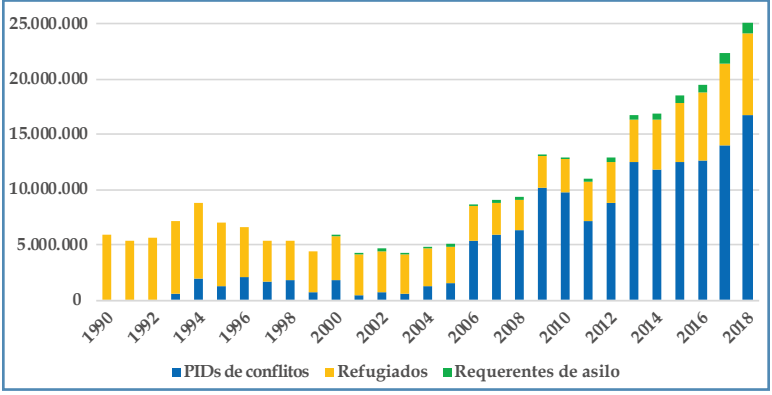
Sobre a autora 59

Surto de pessoas deslocadas à força

Imagens de migrantes e refugiados desesperados a tentar atravessar o Mediterrâneo de África para a Europa têm vindo a definir a "crise migratória africana". De fato, as tentativas de travessia aumentaram desde 2014, registando-se uma média anual de entradas na Europa de 86.000 migrantes africanos sem visto.

Todavia, a migração africana para a Europa, faz parte de um fenómeno mais amplo de migrações forçadas. Mais de 1,6 milhões de africanos têm sido deslocados à força, em média por ano, desde 2014. O número recorde de 25 milhões de refugiados africanos, pessoas internamente deslocadas (PIDs) e requerentes de asilo documentados em 2018 representa um acréscimo de quase 500% em relação a 2005, altura em que havia apenas 5 milhões de africanos deslocados (cf. Gráfico 1). Para além disso, não existe um reconhecimento generalizado de que mais de 95 por cento dos africanos deslocados à força permanecem na África. Dois terços do total, cerca de 17 milhões de pessoas, permanecem nos seus países. Deste modo, a "crise migratória" Africana, é na realidade uma "crise de pessoas deslocadas". Por outras palavras, a migração para a Europa é apenas a ponta do icebergue das movimentações da população africana.

Gráfico 1. Pessoas de origem africana deslocadas à força



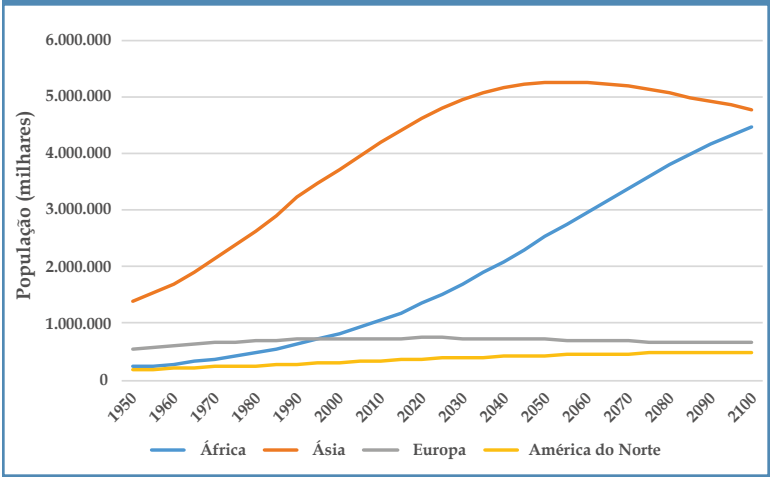
Fontes de dados: UNHCR, IDMC

A natureza multifacetada desta crise desafia uma única explicação global. Embora frequentemente agrupados, os migrantes económicos e as pessoas deslocadas à força resultam de fatores de pressão distintos. Os migrantes económicos que visam alcançar a Europa procuram em geral um emprego e um padrão de vida melhor. Estas pessoas provêm sobretudo do Norte e do Ocidente Africano, sendo individuos em idade laboral, solteiros e possuidores de alguns recursos. Outros, principalmente os oriundos do Corno de África, procuram alcançar os países do Golfo. Contudo, um outro grupo ainda maior de migrantes económicos, permanece na África. Argélia, Costa do Marfim, Egito, Marrocos, Nigéria e África do Sul são destinos de eleição para estes migrantes económicos de África devido à relativa disponibilidade de oportunidades de emprego

Entretanto, a crise dos deslocados à força em África faz parte de uma tendência que tem vindo a acelerar desde 2005 (cf. Gráfico 1). Cerca de 84 por cento dos 25 milhões dos deslocados à força, no continente, provém de 8 países em conflito, nomeadamente: do Sudão do Sul, da República Democrática do Congo (RDC), da Somália, do Sudão, da Etiópia, da Nigéria, da República Centro-Africana (RCA) e dos Camarões. Estes conflitos incluem uma combinação de conflitos novos e de conflitos já existentes. O perdurar destes conflitos têm levado a um crescimento cada vez maior do número de deslocado. A título de exemplo, o número de PIDs de conflito em África, aumentou em 135 por cento desde 2011. Em geral, estas pessoas foram obrigadas a fugir das suas próprias casas repentinamente. Estas pessoas deslocadas à força pertencem a a grupos habitacionais de recursos muito limitados e vêm-se subitamente desligados dos seus meios de subsistência.

Estes factores de curto prazo da crise de deslocados são agravados pelos fatores estruturais. Prevê-se que a população africana duplicará dos actuais 1,1 mil milhões para mais de 2 mil milhões em 2050 (Gráfico 2). Hoje, cerca de 60 por cento da população africana tem menos de 25 anos de idade, o que significa que o crescimento

Gráfico 2. Estimativas e projeções demográficas por região, 1950-2100



Fonte de dados: UNDESA[1]

populacional continuará no futuro previsível. As pressões ambientais - secas, inundações e declínio da fertilidade do solo - causados pela mudança dos padrões climáticos globais e a disponibilidade de terra cultivável, constituem amplificadores de longo prazo para a deslocação das populações.

A crise dos deslocados em África tem uma gama de implicações na segurança. As mais intensas são as graves consequências humanitárias. As populações deslocadas estão sujeitas a níveis mais altos de morbilidade, mortalidade e má-nutrição em relação às populações mais estáveis. Aliás, os índices de mortalidade, entre as populações deslocadas durante a fase aguda da deslocação atingem 60 vezes o valor dos índices médios de mortalidade[2]. As maiores causas de morte incluem as doenças evitáveis transmitidas pela água, as doenças contagiosas, as infeções das vias respiratórias, e a malária. Aqueles que vivem em campos de deslocados estão também visivelmente mais expostas ao abuso praticado pelos responsáveis desses campos ou pelas comunidades locais. À medida que a

dimensão da crise dos deslocados em África aumenta, os custos humanos tornam-se igualmente mais significativos.

Os migrantes económicos que procuram atravessar a região do Sahel para o Mediterrâneo ou passar do Corno da África para os países do Golfo ou para a África do Sul enfrentam outro tipo de ameaças à sua segurança. Não tendo acesso a vias legais e seguras de viajar, são forçados a utilizar caminhos "ilegais" que não conferem proteção e que podem custar até $5.000 dólares por pessoa. A procura destes meios alternativos de transporte gerou um mercado lucrativo de contrabando de seres humanos em África, estimado aproximadamente entre $550 milhões e mil milhões de dólares.

O contrabando humano está na origem da transferência de recursos de indivíduos vulneráveis para redes criminosas transnacionais, milícias, organizações militantes e grupos terroristas.

Além dos empreendedores individuais tirarem proveito desta oportunidade de subsistência, emergiu uma variedade de redes criminosas transnacionais, para atender a esta procura do mercado ilícito. Grupos terroristas, inclusive os afiliados da Al-Qaeda e do Estado Islâmico, bem como uma variedade de grupos menos conhecidos, foram igualmente atraídos por esta fonte de rendimento. Entretanto, os facilitadores desde a costa ocidental até à costa oriental da África, usam incentivos, recrutamento e a coerção para obter mais "clientes". Na realidade, o contrabando de seres humanos está na origem da transferência de recursos de indivíduos vulneráveis para redes criminosas transnacionais, milícias, organizações militantes e grupos terroristas, que procuram enfraquecer os governos no continente. As repercussões regionais e transacionais deste fenómeno, por sua vez, aumentam a instabilidade no sistema internacional.

Existe, de igual modo, o desenvolvimento de uma instabilidade intrínseca quando grandes grupos de pessoas são desenraizadas e, junto com elas, as respetivas estruturas sociais, governativas ou económicas. Por exemplo, quando comerciantes e negociantes locais são deslocados, provocando o rompimento dos vínculos que ligam as comunidades aos mercados, acelerando assim o declínio económico e inibindo a sua recuperação. Após o conflito, o investimento tende a extinguir-se por vários anos, às vezes por décadas. Conforme algumas estimativas, quase 2 por cento da população africana foi deslocada recentemente. O potencial económico e humano perdido é impressionante. As estimativas sugerem que 20 por cento das crianças em países atingidos por conflitos não frequentam o ensino básico – mais do que o dobro do valor global médio de 8,9 por cento[3]. Isto cria o risco de perpetuar os custos humanos e as implicações do deslocamento por uma geração.

As tensões económicas, ambientais e sociais exercidas nas comunidades de acolhimento devido ao grande influxo de pessoas deslocadas cria, uma enorme pressão sobre os governos e sobre regiões inteiras. O Uganda do Norte, por exemplo, acolheu cerca de 726.000 refugiados provenientes do Sudão do Sul, isto numa região cuja população normal atinge quase 1,9 milhões de pessoas. À medida que a crise do Sudão do Sul persiste, os potenciais efeitos desestabilizadores no Uganda do Norte certamente aumentarão, numa região com o seu próprio legado de instabilidade. Semelhantes padrões podem ser observados como resultado de crises políticas no Burundi, na RDC e na Somália, entre outros países.

Em resumo, o aumento súbito dos deslocados em África e de migração ilegal é um processo multifacetado e gera significativos custos humanos e de segurança. Se nada for feito, não parece que esta tendência ascendente venha a terminar a breve trecho. O tratamento dos sintomas da crise (financiar campos de refugiados, securitizar passagens fronteiriças, restringir políticas para os refugiados, ou

aumentar patrulhas de segurança no Mediterrâneo) não atenuará as causas deste fenómeno. Se quisermos reverter a crise de deslocamento africano, será necessário enfrentar, em primeiro lugar, os factores que desencadeiam estas deslocações.

Factores impulsionadores dos deslocamentos em África

O surto de deslocados observado na África, desde meados da década de 2010, é uma função dos fatores estruturais e conjunturais que criam multiplas formas de pressão nos lares africanos, precipitando as decisões de desenraizamento e de abandono das suas casas.

Factores de curto prazo

Um conflito não resolvido perpetua o deslocamento

Há 13 países africanos que atualmente se defrontam com sérios conflitos armados, e são responsáveis por aproximadamente 90 por cento dos 25 milhões de deslocados por conflito e por perseguição no continente*. Nos últimos anos, a África foi o palco de mais de um terço dos conflitos globais resultando em cerca de 35 por cento de todas as pessoas deslocadas. Este número de deslocados representa quer o efeito acumulado dos conflitos extensos e prolongados, quer o surto repentino de deslocados provocado por novas crises. Em alguns casos é uma combinação dos dois (cf. caixa de texto, p. 10). Os longos conflitos não resolvidos, em vez de se dissiparem com o tempo, tendem a produzir ondas contínuas de deslocados.

A tendência ascendente dos deslocamentos forçados desde 2005, pode ser em grande medida atribuída a esses conflitos prolongados, cujos efeitos transbordam para as regiões circundantes. Existem, nomeadamente, concentrações regionais de conflito (e de

deslocamentos) nos Grandes Lagos, no Sudão do Norte e do Sul, na Somália, e na Bacia do Lago Chade. Para além disso, o padrão do conflito contíguo em África (cf. Gráfico 3) significa que as perspetivas de se encontrar refúgio nos países vizinhos são frequentemente pouco prováveis.

Por exemplo, muitos dos que fugiram à violência sectária na RCA, refugiaram-se na RDC. Ao mesmo tempo, mais de 15.000 congoleses foram deslocados para o Sudão do Sul, devastado pela guerra, e que atualmente hospeda cidadãos sudaneses em fuga nas regiões de Cordovão do Sul e do Nilo Azul. Contudo, os sudaneses do Sul fugiram em todas as direções, inclusive, para o Sudão, Uganda, RDC e RCA (cf. Gráfico 4).

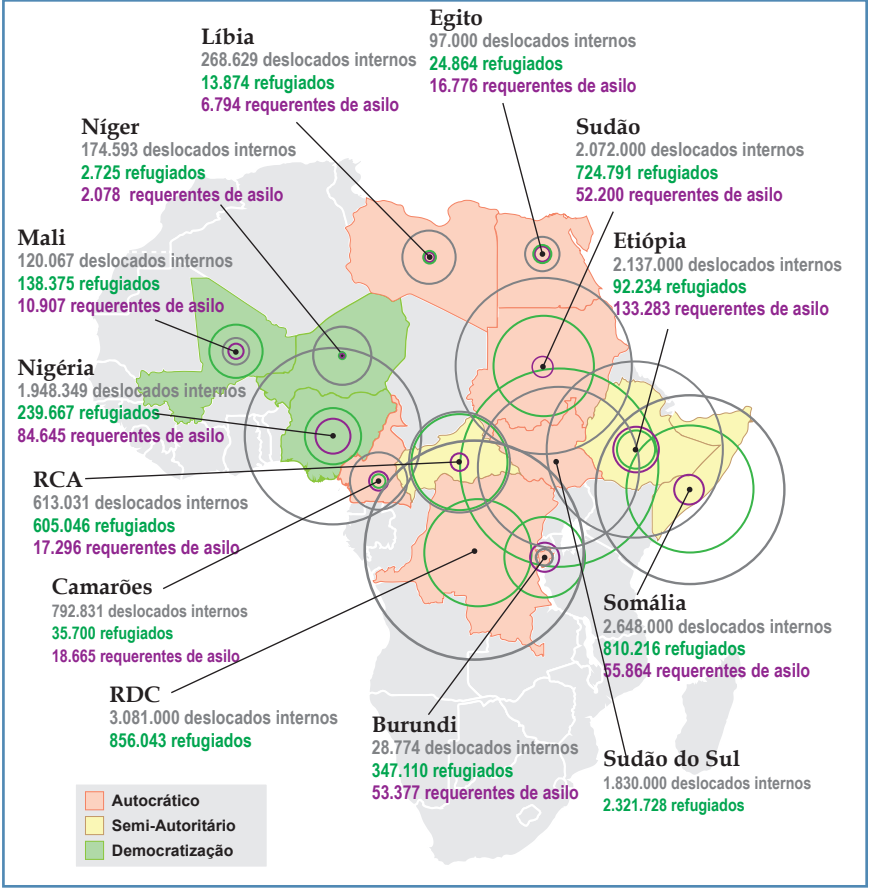
Enquanto tais conflitos persistirem e permanecerem sem solução à vista, o mesmo acontecerá com a crise das pessoas deslocadas. Enquanto que alguns poderão vir a encontrar a oportunidade para se reinstalar noutros países, a maioria não o conseguirá, levando ao perpetuar das fontes de tensão na região afetada.

---

*Os dados disponíveis recolhidos sobre todos os refugiados, requerentes de asilo, PIDs de conflito, e migrantes não forçosamente deslocados, utilizados neste relatório provêm do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (IDMC [sigla em inglês]), o Centro para migração mista (anteriormente conhecido como Secretaria Regional para a Migração Mista (RMMS [sigla em inglês])), a Organização Internacional para Migrações (OIM), Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, (Frontex), e a Divisão Demográfica do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA [sigla em inglês]).

Embora haja mais de 25 milhões de africanos deslocados à força identificados a utilizar estas fontes, dada a natureza díspar e frequentemente ilegal de tais deslocamentos- para não mencionar a omissão, para efeitos deste relatório, de 2 milhões de indivíduos -em média- deslocados anualmente por desastres naturais – os valores são provavelmente muito mais altos. Similarmente, será bastante difícil calcular um número correto de migrantes de ou num qualquer país – nomeadamente no continente africano. Por exemplo, a UNDESA, que recorre a estatísticas nacionais, descobriu que 17 por cento das nações africanas não possuíam dados sobre os níveis migratórios internacionais desde o ano de 2000. Contudo, por serem as melhores fontes disponíveis, o autor refere-se a tais dados para observar as tendências.

Gráfico 3. Deslocamento e autocracia em países africanos que sofrem grande conflito

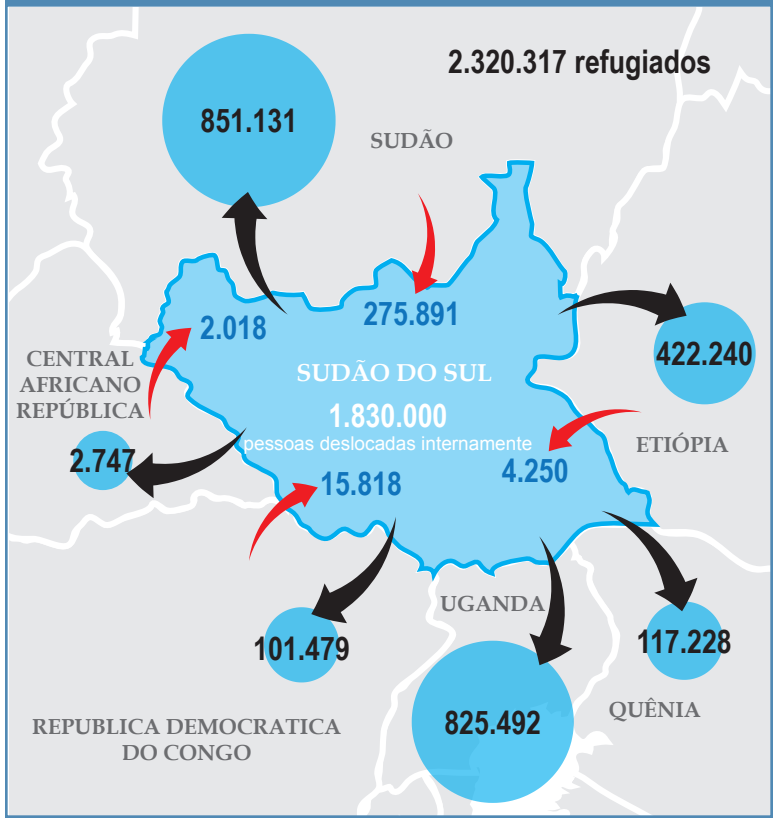


Nota: Os deslocados na Somália, Níger, Nigéria e Mali são essencialmente causados por insurreições islâmicas militantes. Enquanto a Etiópia e a Somália têm tomado medidas em direção à democracia, o legado de anos de regime repressivo contribuíram ao número dos deslocamentos forçados que verificamos hoje.

Fonte para a legenda de cores: Joseph Siegle, Centro África de Estudos Estratégicos. Com base na categorização tricotomizada dos dados de classificação democrática da 'Polity IV' e nas classificações de direitos políticos e liberdades civis da 'Freedom House'.

Fontes de dados: ACNUR, IDMC

Gráfico 4. Deslocamento por conflitos no Sudão do Sul e seus vizinhos



Fonte de dados: UNHCR

Governos repressivos

A forma como os governos respondem às prioridades e reclamações dos cidadãos está no centro de grande parte das movimentações das populações neste continente. Todos os 13 principais conflitos armados da África são internos (e não interestaduais). Isto sublinha a relação crítica entre a governação de exclusão, a crise política e o conflito. Os governos com maior grau de legitimidade, participativos e respeitadores do Estado de

Direito tendem a ter melhores desempenhos e a mitigarem esses conflitos internos.

Sudão: Meio século de disfunção e de deslocados

O Sudão passou por mais de 50 anos de crise política marcada por quatro conflitos de grande escala. Desde a independência em 1955 até 1972, o país enfrentou conflito civil entre o Norte e o Sul por questões de exclusão geográfica, religiosa e étnica. Após um intervalo de 10 anos, o conflito armado recomeçou, durando de 1983 até 2005. Em 2003, os grupos insurretos na região de Darfur no Sudão ocidental rebelaram-se contra o governo por oprimir a sua população de origem não árabe. Em resposta, o governo realizou uma campanha de limpeza étnica que matou e deslocou centenas de milhares de civis. Apesar da negociação de vários acordos de paz, o conflito não terminou. Quando o Sudão do Sul se tornou independente em 2011, os estados do Cordofão do Sul e do Nilo Azul revoltaram-se violentamente, dado que as populações nessas regiões também desejavam a independência, que lhes foi negada. Esta insurreição entrelaçou-se com o conflito de Darfur, aquando os insurgentes formavam uma aliança informal contra o governo.

Apesar da criação de um acordo de partilha do poder que trouxe civis para o governo em 2019 após décadas de governo militar, ainda existem cerca de 2,8 milhões de Sudaneses deslocados à força. Este número não inclui os milhões de sudaneses que haviam fugido do país, durante a primeira e segunda guerras civis, para países tais como o Egito, onde se instalaram permanentemente. Padrões semelhantes podem ser observadas no Burundi, na RDC, na Somália, no Sudão do Sul, entre outros. Todavia, à medida que esses números aumentam, as expectativas de que famílias recém-deslocadas possam encontrar uma solução duradoura nas proximidades—como milhões de sudaneses encontraram no Egito entre as décadas de 1970 e 1990—são cada vez mais improváveis.

Dos 10 países africanos com o maior número de pessoas deslocadas por conflito e perseguição, 9 têm governos de tendência autoritária (cf. Tabela 1). Os líderes desses governos subverteram os limites dos seus mandatos alterando as constituições ou desrespeitando esses mesmos limites, permitindo-lhes assim permanecer no poder. O tempo médio de permanência no poder dos líderes africanos sem limites de mandato é de 18 anos. Isto em comparação com os meros

Tabela 1. Deslocamento forçado ligado à Autocracia

País de origem	Regime político*	Limites de mandato respeitados?	Número total de [indivíduos] deslocados à força
Sudão do Sul	Autocracia	Não	4.151.728
RDC	Autocracia	Não	3.937.043
Somália	Semi-Autoritário	Não	3.514.080
Sudão	Autocracia	Não	2.864.228
Etiópia	Semi-Autoritário	Não	2.362.517
Nigéria	Democratização	Sim	2.272.661
RCA	Semi-Autoritário	Não	1.235.373
Camarões	Autocracia	Não	847.196
Eritreia	Autocracia	Não	585.874
Burundi	Autocracia	Não	429.261
Total			**22.199.961**

Nota: O deslocamento na Somália e na Nigéria é, em grande parte, causado por insurreições islâmicas militantes.

* *Fonte:* Joseph Siegle, Centro África de Estudos Estratégicos. Com base na categorização tricotomizada de dados de classificação de democracia 'Policy IV' e as categorizações dos direitos políticos e liberdades civis de 'Freedom House'.

Fontes de dados: ACNUR, IDMC

4 anos para países com limites de mandato[4]. Os países sem limites de mandato em África tendem também a ser mais instáveis, e cerca de um terço desses países enfrenta conflitos significativos. Um ambiente político restritivo, é, portanto, um fator direto contributivo para este fenómeno dos deslocados à força bem como um fator indireto através do conflito que daí resulta.

A Eritreia contitui um bom exemplo da relação directa entre uma governação autoritária e o deslocamento de pessoas. Os seus cidadãos há muito que fugiram das condições brutais no país – o número de cidadãos da Eriteia que atravessaram o Mediterrâneo para a Europa desde 2009 é superior a 120.000 (de uma população de 6 milhões de habitantes). O número de cidadãos da eritreia nos países limítrofes é ainda maior – o Alto Comissariado das Nações

Unidas para os Refugiados (ACNUR) calculou aproximadamente 175.000 apenas na Etiópia. A Partir de 1995, o governo implementou o serviço militar nacional obrigatório, que efetivamente obriga os cidadãos eritreus ao trabalho forçado, enquanto executam trabalhos para o governo por um período indeterminado (embora oficialmente limitado a 18 meses). Não existe imprensa livre ou abertura política para os cidadãos expressarem as suas reivindicações. Um relatório da Comissão de Inquérito da ONU de 2016 vinculou as deslocações em massa dos eritreus às "graves violações dos direitos humanos" do país[5]. A breve reabertura da fronteira entre a Etiópia e a Eritreia em 2018-2019 gerou um novo aumento no número de eritreus procurando refúgio na Etiópia.

A corrupção é um elemento particularmente nefasto da má governação que contribui para as deslocações. A pesquisa mostra que existe um "ponto crítico", ou seja, uma vez alcançado determinado limiar de corrupção institucional, para cada incremento percepcionado na corrupção, segue-se uma significativa diminuição na segurança nacional[6]. As corrupções policiais e judiciais são especialmente importantes. A partir do momento em que os cidadãos deixam de confiar na polícia ou no sistema legal para a sua proteção, o país torna-se muito mais vulnerável à instabilidade.

Uma das consequências da falta de confiança nos serviços de segurança governamental são os emergentes operadores de segurança não estatais. Embora, alguns sejam bem-intencionados, outros pecam pela falta da formação ou de adequadas estruturas de responsabilização. Estes grupos, muitas vezes, tornam-se em organizações de extorsão que lutam pelo controle de setores rentáveis na economia local[7]. O resultado é uma maior instabilidade e deslocamento de pessoas.

As percepções da corrupção governamental também facilitam o recrutamento e a retenção de membros por grupos extremistas violentos, contribuindo ainda mais para a instabilidade e para o deslocamento de pessoas[8]. Embora os próprios grupos extremistas

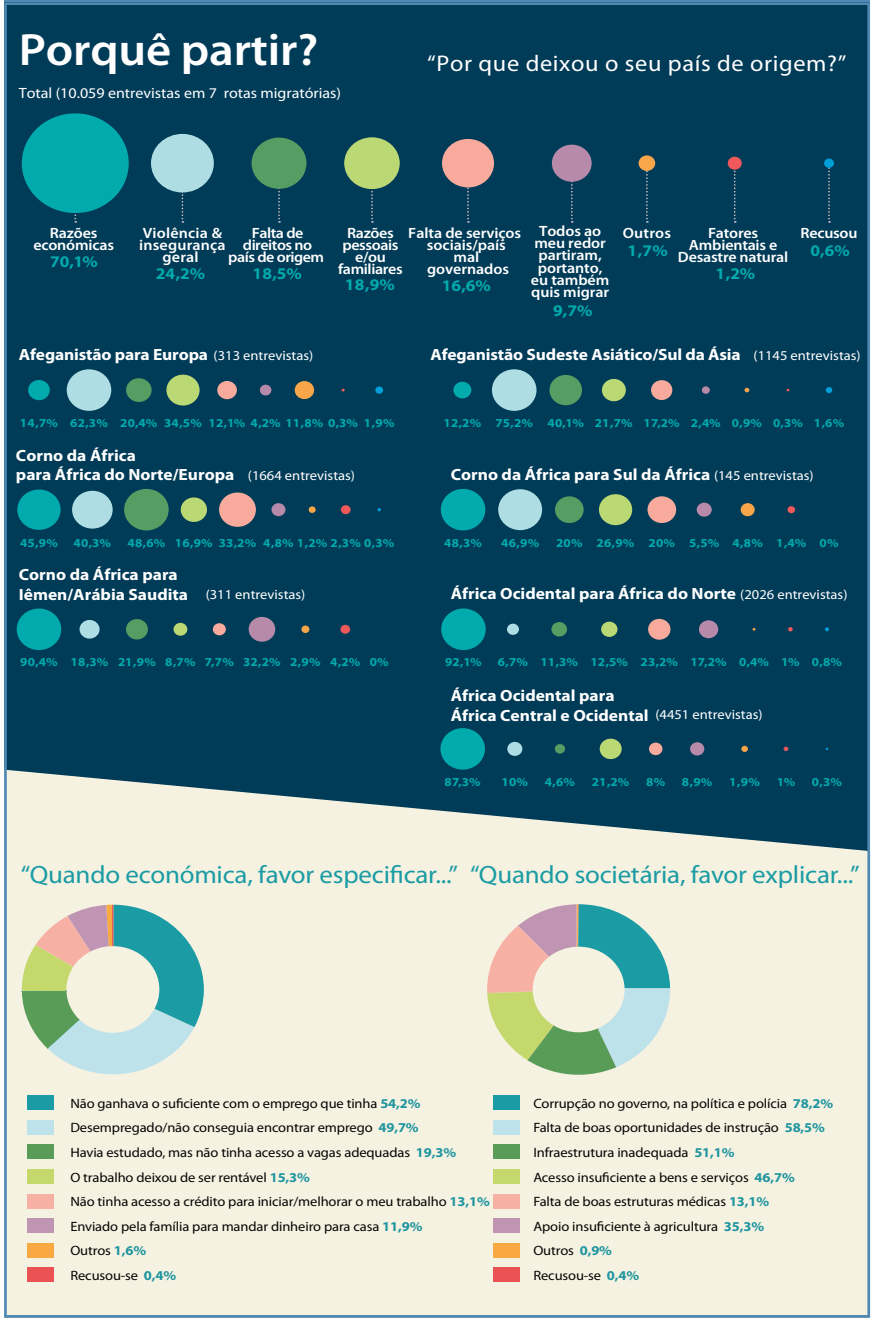
lucrem com a corrupção para encaminhar fundos e contrabandear mercadorias e pessoas, eles justificam as suas ações como provas da incapacidade do estado para governar. Além do estado perder credibilidade frente aos cidadãos desiludidos, as instituições vêem-se drasticamente enfraquecidas pela corrupção, tornando assim o estado numa alternativa pouco atraente aos grupos extremistas. Um país como o Mali constitui um bom exemplo de como a corrupção enfraqueceu a autoridade legítima do governo em comunidades que receberam pouca atenção de Bamako. Como apropriadamente observado pelos peritos do antiterrorismo, a "[c]orrupção é a arma mais poderosa no arsenal do extremismo violento"[9].

Fatores económicos

Enquanto a maioria dos africanos é deslocada à força, os fatores económicos são um factor fundamental para o fluxo de africanos que tentam entrar na Europa, na Península Arábica, e na África do Sul (cf. caixa de texto, pág. 15). Isto gerou dinâmicas políticas muito poderosas nos países de destino. Todavia, é importante reconhecer que a maioria dos migrantes económicos africanos permanece na África. Estima-se que 12,1 milhões de migrantes económicos africanos moram num país africano que não o país de origem. Este número não inclui os numerosos migrantes africanos que se deslocam para países fronteiriços para emprego sazonal ou trabalho de curto prazo (fenómeno conhecido como migração circular). Ao todo, cerca de 80 por cento dos migrantes económicos africanos permanece em África.

As entrevistas com indivíduos em trânsito ao longo das rotas migratórias africanas mostram, de uma forma geral, que os migrantes económicos provêm de países que não são consistentemente os mais pobres, ou os mais envolvidos em conflitos intensos de âmbito nacional (cf. Gráfico 5). Na realidade, respondem a uma combinação de privações socioeconómicas em casa, a uma carência de serviços

Gráfico 5. Sobreposição de fatores da migração ao longo das rotas migratórias africanas



Fonte: Mixed Migration Centre[10]

governamentais para os cidadãos e à percepção de maiores oportunidades laborais no exterior.

Muitos jovens africanos tomam a decisão de partir porque não veem um futuro viável nos seus países de origem. A existência de redes transnacionais de apoio familiar e comunitário no exterior pode facilitar a decisão de emigrar, ou de emigrar para mais além. Contudo, muitos migrantes embarcam na sua viagem mesmo sem esses laços familiares.

Ao longo das rotas mediterrâneas, muitos estão dispostos a passar meses ou até anos a trabalhar num sistema de "pagamento no ato" ou pré-pagamento para chegar ao seu destino[11]. Existem também provas empíricas de que, à medida que notícias sobre os perigos de roubo e de extorsão se propagam, muitos optam, contudo, por partir, mas deixam o seu dinheiro em casa, poupando-o para depois transferi-lo através de redes financeiras informais, em vários pontos da viagem, ou em caso de emergência[12]. Portanto, para muitos migrantes africanos, mesmo sabendo que a viagem será perigosa, isso não constitui um elemento dissuasor.

Rotas principais utilizadas pelos migrantes económicos africanos

As rotas mediterrâneas

Dos 86.000 migrantes africanos estimados, que chegam anualmente à Europa desde 2014, a maioria provém da Eritreia, da Nigéria do Sul, da Costa do Marfim, de Marrocos, e do Mali (cf. Gráfico 6). Este valor constitui apenas uma pálida amostra quando comparado com o valor estimado de 1,5-2,5 milhões de migrantes africanos que moram nos países do Mediterrâneo do norte da África. Esta população inclui os migrantes circulares e de longo prazo que provêm principalmente de outros países do norte da África, bem como de países limítrofes como o Níger, o Chade, e o Sudão, procurando trabalho.

A Organização Internacional para as Migrações (OMI) estima que a Líbia abriga o maior contingente de migrantes económicos africanos com pelo menos 666.000 pessoas. Estima-se que entre 250.000 e 350.000 estejam na Argélia—principalmente vindos da Guiné, do Mali, do Níger, dos Camarões, da Costa do Marfim, e do Burkina Faso[13].Embora muitos possam estar em trânsito,

a Argélia tem sido um país de destino, por si só, desde 2008, devido à relativa disponibilidade de oportunidades de emprego, neste país rico em hidrocarbonetos.

O Egito e Marrocos são frequentemente considerados países de origem. Marrocos tem uma diáspora de mais de 4 milhões, dos quais 2,9 são de primeira geração. A diáspora do Egito é ainda maior: mais de 8 milhões, dos quais 2,4 milhões são de primeira geração. Porém, de igual modo, ambos os países se tornaram grandes pontos de paragem para os migrantes económicos. O Egito tem uma grande economia informal e uma comunidade de imigrantes, que muitos africanos procuram – sejam eles [migrantes] de longo prazo, ou apenas em trânsito. O número de migrantes no Egito aumentou logo que o governo anunciou uma repressão ao contrabando humano em 2016. Desde então, as partidas de barcos das costas egípcias têm virtualmente desaparecido.

Nos últimos 5 anos, mais de 26.000 marroquinos foram interceptados aquando da travessia para a Europa, colcando Marrocos entre as cinco primeiras nacionalidades africanas que tentam ingressar a Europa a partir do continente africano. Porém, o país tornou-se igualmente um país de destino, hospedando entre 55.000-85.000 migrantes, a maioria dos quais subsaarianos, os quais talvez tivessem querido, mas sem sucesso, alcançar Espanha.

A rota da Península Arábica

A rota da Península Arábica é geralmente mais utilizada por migrantes económicos do Corno de África e da África Oriental (cf. Gráfico 6). A OIM estima que cerca de 160.000 migrantes cruzam o Mar da Arábia e o Mar Vermelho para a costa sul do Iêmen devastado pela guerra em 2018[14]. Mais de 90 por cento destes migrantes foram identificados como etíopes. Este número reflete uma tendência crescente desde 2013, apesar do aumento da instabilidade no Iêmen.

A rota da África do Sul

O número de pessoas que migram anualmente, ao longo da rota para a África do Sul estima-se em 47.500, o qual representa a gama completa de migrantes sazonais inclusive migrantes de longo prazo[15]. A maioria desses migrantes provêm igualmente da Etiópia. Os que alcançam a África do Sul juntam-se aos estimados 1,3 milhões de migrantes que já se encontram no país, cuja maioria vem de países limítrofes, especialmente do Zimbábue e de Moçambique[16].

Ao longo da rota do Sul da África, os migrantes têm recorrido a traficantes para os ajudar com as possíveis complicações que enfrentam quando interceptados pela polícia, nos países em trânsito. Conforme a Lei de Cidadania e Imigração do Quénia de 2011, por exemplo, a presença ilegal no país é considerada uma ofensa criminal, cuja pena pode envolver uma multa de até KES 5.000 (aproximadamente $50 dólares americanos) ou até 3 anos de prisão, ou ambos[17]. Embora aos migrantes, principalmente etíopes, não seja necessário o visto para entrar no

Quénia, muitos não possuem documentação comprovativa de nacionalidade. Por isso, e para ajudar na travessia da Tanzânia em diante, os migrantes do Corno de África relatam recorrer a traficantes. Os investigadores descobriram que o mercado do tráfico humano "está baseado principalmente em Nairobi e utiliza uma cadeia de 'mukalas' (traficantes de seres humanos) para apanharem os migrantes nas várias jurisdições por onde passam durante a viagem"[18].

A rota pode ser tão perigosa e fatal quanto a rota Europeia. Embora cientes dos riscos da viagem, muitos jovens migrantes, famílias e comunidades, continuam firmes e otimistas de que a viagem será um sucesso[19].

A rota das Américas

A rota de África para as Américas não é tão popular quanto as rotas africanas, pois requer maiores recursos e pelo menos um passaporte para começar. Começa geralmente por um voo de Angola ou da África Oriental para o Brasil ou o Equador. A ajuda para alcançar os Estados Unidos por terra pode custar entre $10.000 a $20.000 dólares[20]. Contudo, as autoridades do Panamá registaram a passagem de 2.515 africanos da fronteira colombiana em 2018[21]. A maioria provinha dos Camarões, da Eritreia, de Angola e do Gana. Anteriormente, cerca de 5.400 africanos haviam atravessado esta fronteira entre 2010 e 2016. Embora as autoridades mexicanas tivessem apenas começado a registar a ocorrência esporádica de migrantes africanos em 2005, os 2.960 africanos (vindos principalmente dos Camarões, da RDC, e da Eritreia) que entraram no país em 2018—a maioria pela fronteira meridional em Chiapas—parecem indicar que a rota clandestina e dispendiosa para as Américas está a ganhar maior atenção[22].

Factores estruturais

Em África, as mudanças demográficas e ambientais estão constantemente a agravar os factores impulsionadores das deslocações no continente.

O aumento das populações aumenta a pressão sobre a juventude africana para migrar

Desde 1984, que a população da África Subsaariana aumentou para mais do dobro, de 537 milhões para quase 1,3 mil milhões de pessoas. As projeções indicam que a população duplicará de novo até 2050 (para

Gráfico 6. As principais rotas migratórias em África



Fontes: UNHCR, IOM, MMC

mais de 2,5 mil milhões). A população de África é também muito jovem. Sessenta por cento da população africana tem menos de 25 anos de idade (41 por cento menos de 15), tornando-a, a mais jovem do que qualquer outra região no mundo. Prevê-se, uma queda das altas taxas de fertilidade (em média, 4,9 crianças por mulher, na África Subsaariana) no próximo século. Mas o facto de que grande parte da população ainda não ter atingido a maioridade, significa que levará décadas até que os países africanos vejam um nivelamento no crescimento demográfico. Isto terá implicações diretas para as deslocações das populações em África.

Alguns dos países africanos com o maior crescimento previsto para os próximos 30 anos, já têm um significativo número de populações

deslocadas à força. Prevê-se que as seis nações africanas com o maior deslocamento forçado (o Sudão do Sul, a RDC, a Somália, o Sudão, a Etiópia e a Nigéria), responsáveis por mais de 19 dos 25 milhões de indivíduos deslocados à força hoje, aumentarão em conjunto as suas populações até 2050 para mais do dobro (cf. Tabela 2).

Tabela 2. Dez países africanos com o maior deslocamento forçado são também os com o crescimento mais rápido

País de origem	Número total de deslocados à força	População	Taxa de Crescimento (%)	População estimada em 2050
Sudão do Sul	4.151.728	12.919.053	96	25.366.221
RDC	3.937.043	84.004.989	135	197.404.202
Somália	3.514.080	15.181.925	136	35.851.792
Sudão	2.864.228	41.511.526	94	80.385.607
Etiópia	2.362.517	107.534.882	77	190.869.632
Nigéria	2.272.661	195.875.237	110	410.637.868
RCA	1.235.373	4.737.423	87	8.850.780
Camarões	847.196	24.678.234	102	49.817.390
Eritreia	585.874	5.187.948	85	9.606.664
Burundi	429.261	11.216.450	130	25.762.044

Fontes de dados: UNHCR, IDMC, UNDESA

O Sahel, uma das regiões mais pobres e ambientalmente mais frágeis, é também a região com as maiores taxas de natalidade de África. As projeções de um aumento de 120 por cento da população nesta região até 2050 são 20 por cento mais altas do que as do continente na sua totalidade (cf. Tabela 3). Três países do Sahel (o Burkina Faso, o Mali e o Níger) enfrentam um aumento de pessoas deslocadas devido às insurreições islâmicas. Estas pressões ameaçam acelerar a instabilidade e os incentivos para quem procure soluções de longo prazo com o objetivo de migrar para fora desta região, e possivelmente para mais longe.

Tabela 3. Projeções de populações nos países do Sahel em 2050

País de origem	Total deslocados à força	Migrantes que moram no exterior (≥1 Ano)	População	População estimada em 2050	Taxa de crescimento (%)
Níger	179.396	362.955	22.311.375	68.453.727	207
Mali	269.349	1.066.120	19.107.706	44.020.171	130
Chade	189.663	246.960	15.353.184	33.635.795	119
Burkina Faso	212.870	1.472.712	19.751.651	43.207.053	119
Senegal	53.660	559.952	16.294.270	34.030.620	109
Mauritânia	45.195	120.433	4.540.068	8.965.000	97
Sudão	2.864.228	1.951.705	41.511.526	80.385.607	94
Eritreia	585.874	607.917	5.187.948	9.606.664	85

Fontes de dados: UNHCR, IDMC, UNDESA

Metade das 10 nações africanas com a maior população prevista em 2050 encontram-se na lista dos países menos desenvolvidos (PMDs) da ONU: Angola, a RDC, a Etiópia, o Sudão e a Tanzânia (cf. Tabela 4). O rápido crescimento demográfico nestes países acentuará os desafios enfrentados pelos cidadãos nestas sociedades, ao tentarem satisfazer necessidades básicas, tais como, a alimentação, o alojamento, a assistência médica e a educação. É provável que esta situação leve a uma maior procura de subsistência noutros lugares.

As pressões ambientais aceleraram as deslocações de pessoas

Os PMDs são particularmente vulneráveis aos choques ambientais. Desde as mudanças graduais—tais como o aumento de temperaturas globais e dos níveis do mar—até aos desastres súbitos, tais como como as inundações e deslizamentos de terra—

Tabela 4. As dez nações africanas com as maiores populações projetadas para 2050

País de origem	População	Taxa de crescimento (%)	População estimada em 2050
Nigéria	195.875.237	110	410.637.868
RDC*	84.004.989	135	197.404.202
Etiópia*	107.534.882	77	190.869.632
Egito	99.375.741	54	153.433.492
Tanzânia*	59.091.392	134	138.081.621
Uganda	44.270.563	139	105.698.201
Quénia	50.950.879	87	95.467.137
Sudão*	41.511.526	94	80.385.607
Angola*	30.774.205	147	76.046.053
África do Sul	57.398.421	27	72.754.583

* Classificado/a pela ONU como país menos desenvolvido (PMD)

Fonte de dados: UNDESA

as mudanças climáticas causam danos em vários países africanos, forçando as deslocações de milhares de indivíduos anualmente.

Prevê-se que alguns destes desastres naturais piorem e se tornem mais duradouros. As calamidades climáticas não só deslocarão pessoas das áreas inundadas, como também o aumento do nível do mar engolirá parte das zonas litorais — onde estão localizadas algumas das maiores cidades africanas — que ficarão permanentemente inabitáveis. O aumento da temperatura e das secas prolongadas afetarão, não apenas a disponibilidade de água, mas também as fontes de rendimento individuais e as economias nacionais.

O Banco Mundial prevê que — se não houver ações concretas climáticas e de desenvolvimento, em 2050 mais de 85 milhões de africanos subsaarianos poderão ser forçados a deixarem as suas casas para fugir desses impactos[23].

Os efeitos sobre as atividades sensíveis ao clima, tais como a agricultura e a pesca traduzir-se-ão em perdas consideráveis na

produção alimentar. A insegurança alimentar ligada aos terrenos impróprios para a agricultura, à diminuição das pastagens para a pecuária, à diminuição das reservas de água, de lenha e de outros recursos naturais, contribuirão ainda mais para as deslocações de pessoas e seu definitivo reassentamento.

Muitos países africanos são particularmente vulneráveis às mudanças climáticas devido à sua dependência da pluviosidade para quase toda a produção agrícola. A indústria do café da Etiópia, por exemplo, contribui para um quarto das receitas totais das exportações do país. O café só pode crescer em áreas agrícolas específicas. No entanto, entre 40 e 60 por cento destas áreas correm o risco de se tonar improdutivas devido às mudanças climáticas[24]. As plantações de cacau na África Ocidental enfrentam a mesma ameaça[25].

A agroindústria do Sudão emprega até 80 por cento da mão de obra do país[26]. Prevê-se que o Sudão veja um aumento da temperatura de 1,3-3° C até à década de 2040. Os três cenários climáticos mais prováveis do Programa Alimentar Mundial mostram que qualquer aumento da temperatura terá um efeito adverso sobre a produção agrícola do Sudão, se as medidas de adaptação não forem implementadas[27].

As mudanças e os choques climáticos podem igualmente agir como "multiplicadores de ameaça" nas regiões propensas a conflitos, sobrepondo-se aos fatores que causam conflitos e deslocações de pessoas[28]. Isto é especialmente notório em países com grandes populações pastoris tais como os Camarões, o Chade, Jibuti, a Etiópia, o Quénia, o Níger, a Nigéria, a Somália, o Sudão do Sul, e o Sudão. À medida que as tensões ambientais vão aumentado a pressão da terra, as populações migratórias nas suas deçlocações irão experimentar confrontações com populações sedentárias.

Ameaças à segurança ligadas ao movimento da população em África

O movimento populacional, causado por fatores políticos e estruturais, cria uma gama de repercussões para a segurança, que vão desde os custos humanitários imediatos e fortalecimento de grupos militantes até às consequências socioeconómicas de longo prazo, para os milhões de lares atingidos e para as regiões que tentam absorver as pessoas deslocadas.

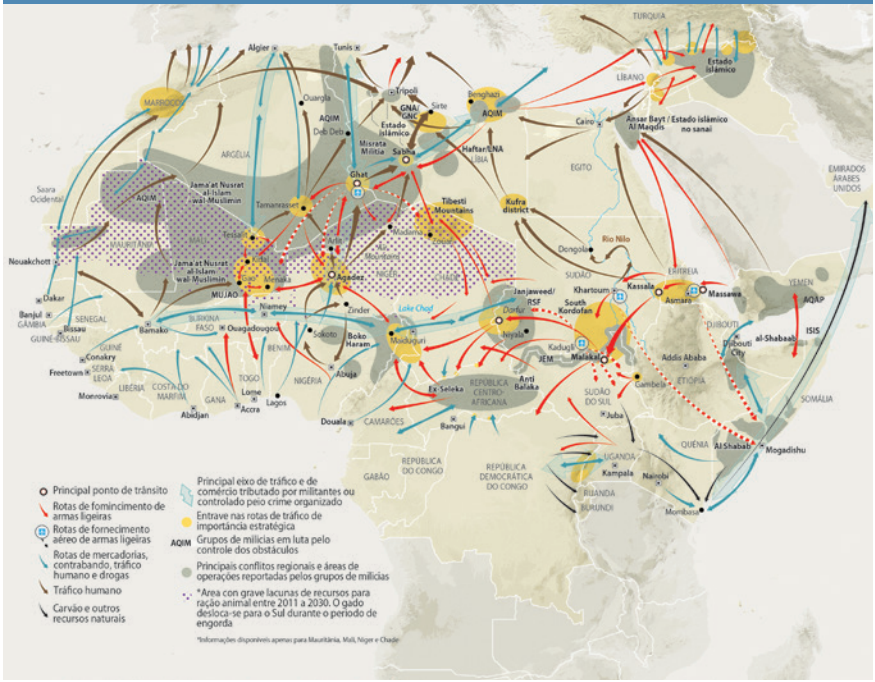
O fortalecimento das redes criminais

As pessoas que viajam, sem a devida documentação, reconhecem a ameaça de deportação pelas autoridades, e, portanto, são menos propensas a procurarem assistência quando se encontram em dificuldade. Isto favorece o abuso—quer ele seja através de uma exigência de suborno sob ameaça de detenção por autoridades corruptas quer seja através de atividades fraudulentas por parte de traficantes corruptos de seres humanos. Por exemplo, muitas das passagens através da região do Magrebe-Sahel são antigas rotas muito conhecidas pela atividade de contrabando justamente por estarem sujeitas a um fraco controle por parte dos estados.

O facto de haver tanto dinheiro a circular por essas rotas, atrai não somente elementos criminosos, mas também os que pretendem, através da força e violência, tomar posse de uma rota específica, comércio, ou comunidade local (cf. Gráfico 7). Isto tem consequências diretas para a segurança no país e na região afetados.

Embora os lucros ilícitos gerados pela migração para a Europa sejam inerentemente difíceis de determinar, as estimativas indicam que o contrabando humano na rota transaariana, incluindo a Líbia, por si só, valem mais $765 milhões de dólares, por ano[29].

Gráfico 7. Rota de contrabando e de tráfico humano no Trans-Saara e áreas controladas por militantes



Fonte: RHIPTO/Riccardo Pravettoni[30]

Uma fração significativa destes recursos vai cair nas mãos de criminosos, de insurgentes, e de grupos extremistas violentos que operam na região, onde se incluem a Argélia, a Líbia, o Chade, o Sudão, o Mali, o Burkina Faso e o Níger. Um exemplo disto, são os recursos das pessoas que viajam ilicitamente para a costa da Líbia e que estão a enriquecer as milícias tribais da Líbia e as autoridades locais, implicados na recolha e exploração de migrantes, para mão de obra. A receita anual do mercado de migrantes da Líbia de todos os grupos armados entre 2016 e 2018 foi estimada entre $93 e $244 milhões de dólares[31]. Um comandante da milícia da Líbia, sancionado pelas Nações Unidas, era o líder transnacional de uma rede de traficantes, que trabalhava diretamente com grupos terroristas,

incluindo um relacionamento de longa data com o Estado Islâmico (ISIS). O ISIS, por sua vez, possui um registo bem documentado de contrabando, tráfico, abuso, exploração de seres humanos e do assassinato de africanos subsaarianos na Líbia[32].

Embora alguns governos do Sahel possam considerar o contrabando como um modo de vida e não uma ameaça ao estado, a presença inconsistente das forças de segurança estatais, ao longo destas rotas, permite o enraizamento dos grupos militantes. Uma vez conseguido o controlo de uma rota de tráfico, os grupos militantes podem alavancar a sua presença para a extorsão de dinheiro proveniente de todo o tráfego comercial e exigir impostos de proteção. Algumas estimativas indicam que grupos terroristas tais como a coligação Jama'at Nusrat al Islam wal Muslimin (JNIM), afiliada à Al Qaeda, poderiam ganhar entre $22 e $38 milhões de dólares de impostos, por ano, no Sahel[33]. Este problema de segurança tem um impacto ainda maior sobre o resto das atividades económicas, sobre o investimento e sobre o emprego na região. Além disso, à medida que a JNIM e outros grupos terroristas se fortaleceram no Mali, aumentaram os ataques contra o governo (e contra parceiros de segurança) o que representa uma ameaça direta ao estado.

Da mesma forma, à medida que o mercado de contrabando humano se expandiu, cresceu o envolvimento de outros operadores criminosos, alguns dos quais foram incorporados em redes internacionais. O fenómeno crescente das redes de tráfico oriundas da Líbia contribuiu igualmente para a instabilidade e a insegurança no Magrebe e no Sahel. Para além disto, este fenómeno ganhou vida própria com contabandistas de seres humanos a recrutarem ativamente mais migrantes. Essas entidades penetram mais profundamente nos países subsaarianos, assediando, atraindo e coagindo potenciais viajantes. A OCDE relata um crescimento de contrabandistas no Norte de África — Egípcios, de Marroquinos e Líbios. "Por sua vez, estes contabandistas recrutam jovens desempregados na Mauritânia,

no Senegal, na Gâmbia, na Guiné, na Costa do Marfim e no Gana, para servirem como recrutadores nas comunidades locais."34no Senegal, na Gâmbia, na Guiné, na Costa do Marfim e no Gana, para servirem como recrutadores nas comunidades locais"[34].

Embora o contrabando humano seja frequentemente descrito como fonte de alternativas ao trânsito para os migrantes itinerários, o tráfico humano envolve movimentar pessoas contra a sua vontade, para depois obter lucros quer pela via do trabalho forçado quer pela via do resgate. Como referiu sucintamente um analista: "No caso do tráfico de seres humanos, o produto é o controle sobre uma pessoa para fins de exploração. No caso do contrabando de seres humanos, o produto é o ingresso ilegal num ou mais países"[35]. Cada vez mais, o contrabando de seres humanos para a costa da Líbia tem cruzado a linha do tráfico de seres humanos, à medida que passa da relação de transação para uma realção de exploração.

A atividade criminosa e a corrupção ligadas ao tráfico comprometem a estabilidade nacional e o Estado de Direito

Para milhares de migrantes, dirigir-se para o Mediterrâneo, significava ser sequestrado por traficantes em troca de resgate, forçados à servidão por dívida, para pagar taxas subitamente elevadas, ou simplesmente ser vendido a outros traficantes para posterior exploração. A Human Rights Watch documentou o sequestro e tortura de eritreus no Sudão e na Península do Sinai, por sequestradores que conseguiram extorquir, por cada vítima, entre $20.000 e $33.000 dólares da diáspora eritreia na Europa e nos Estados Unidos. Práticas similares foram regitadas na Líbia e no Corno da África[36].

Quando as pessoas são traficadas, ao contrário de quando as pessoas viajam por livre vontade, não enviam remessas para os países de origem. De facto, a família, a comunidade e o país da vítima ficam a

perder os potenciais rendimentos. Além disso, a atividade criminosa e a corrupção associadas ao tráfico, comprometem a estabilidade nacional e o Estado de Direito.

Nos estados fracos, o tráfico ilícito de bens e de pessoas, e os grupos armados que desenvolvem estas actividades inibem a edificação do estado. Como observou o bloco regional da África Oriental, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento "dado o volume de negócios do tráfico de seres humanos na Líbia, não podem restar dúvidas de que os migrantes e os refugiados se tornaram um produto que alimenta a economia de guerra na região, contribuindo para as forças centrífugas, responsáveis pelo contínuo colapso da lei e da ordem pública"[37]. O Instituto de Paz dos Estados Unidos reconheceu, igualmente a dificuldade de trazer entidades rivais à mesa das negociações para consolidar a autoridade governamental quando"a própria lógica do tráfico e do contrabando, o qual depende de controles ténues da periferia do estado, oferece um incentivo aos grupos armados para manter o estado fraco, em vez de permitir a reconstrução de um estado forte"[38].

O custo humano dos deslocados

Sob a ameaça de conflito, as pessoas fogem com poucos ou nenhum dos seus pertences. Entre os deslocados encontram-se comerciantes e negociantes, cujo deslocamento rompe os laços que ligam essas comunidades aos mercados regionais, acelerando assim o declínio económico e inibindo a recuperação. Após o conflito, as tendências de investimento são escassas por vezes durante vários anos, ou até mesmo décadas. É estimado que em apenas um ano de guerra civil se reduz o crescimento económico de um país em cerca de 2 por cento do seu PIB e o dos países limítrofes em cerca de 0,7 por cento[39].

A grande maioria das pessoas que foge de um conflito, permanece sobretudo, dentro do seu país (PIDs). Dos que deixam o seu país (os refugiados), a maioria foge para a fronteira acessível mais próxima, e aí terminam a sua viagem. Ou seja, o objetivo principal é afastar-se do perigo. A consequência é que o deslocamento forçado é um problema regional onde as cidades fronteiri¬ças assumem a maior parte dos encargos. As PIDs, os refugiados, e as autoridades das nações anfitriãs costumam prever que o deslocamento venha a ser apenas temporário. Todavia, na ausência de uma resolução oportuna da crise política que causou deslocamentos, as PIDs e as populações de refugiados tendem a permanecer nesses países. Actualmente, a duração média do exílio para refugiados no mundo inteiro situa-se nos 10,3 anos[40]. Para as PIDs isto pode durar até duas décadas.

Dos mais de 7 milhões de refugiados no continente, cerca de 60 por cento vive em campos[41]. A maior parte dos refugiados estão hospedados em apenas alguns países — o Uganda, o Sudão, a Etiópia, e a RDC (cf. Tabela 5). Em 2017, o Uganda tornou-se a maior nação anfitriã na África. As cidades fronteiriças de Uganda do Norte, uma região com uma população estimada em apenas 1,9 milhões, absorveram cerca de 726.000 refugiados sudaneses do Sul.

O acolhimento de populações deslocadas (sejam refugiados ou PIDs) por longos períodos é problemático por várias razões. Não só os recursos da comunidade de acolhimento são severamente sobrecarregados, como também as estratégias de sobrevivência dos deslocados são igualmente reduzidas, quando não mesmo esgotadas. Depois de terem perdido as suas colheitas ou época de plantio, os deslocados ficam na dependência de outrem durante pelo menos mais um ano. O ciclo inicia uma espiral descendente. Os governos pedem assistência frequente às organizações humanitárias. Mas com tantas crises crônicas que se perpetuam ano após ano, a fadiga dos doadores esgota os recursos, e ambos deslocados e governos anfitriões enfrentam graves tensões por muitos anos.

Tabela 5. Países africanos que hospedam os maiores deslocamentos de refugiados

País anfitrião	População de refugiados	Origem africana da População	Maior campo de refugiados/ assentamento	Ano em que foi estabelecido
Uganda	1.165.653	Sudão do Sul, Somália, Burundi, Sudão	Bidi	2016
Sudão	1.078.287	Sudão do Sul, RCA	Shagarab	1985
Etiópia	903.226	Sudão do Sul, Somália, Sudão	Região Gambella	2009
RDC	529.061	RCA, Sudão do Sul, Burundi	Lusenda	2015
Chade	451.210	Sudão, RCA	Região Dar Silar	2003
Quénia	421.248	Somália, Sudão do Sul, Sudão	Dadaab complex	1991
Camarões	380.329	RCA, Nigéria	Minawao	2013
Sudão do Sul	291.842	Sudão, RCA	Yida	2012
Tanzânia	278.322	Burundi	Nyarugusu	1996
Egito	246.749	Sudão, Etiópia, Eritreia, Sudão do Sul	Não disponível	Não disponível
Níger	175.418	Nigéria	Intikane	2013
Ruanda	145.360	Burundi	Mahama	2015
Argélia	94.350	Sara Ocidental	Tindouf	1976

Fonte de dados: UNHCR

À medida que a pressão sobre comunidades de acolhimento aumenta, os potenciais efeitos desestabilizadores crescem. Por exemplo, com a continuação da crise do Sudão do Sul, haverá um aumento dos riscos de instabilidade no Norte do Uganda, uma região já com o seu próprio legado de conflito. Tendências semelhantes podem ser observadas como resultado das crises políticas na RCA, na RDC, e na Somália.

Grandes assentamentos de pessoas deslocadas dentro de ou além-fronteiras devido a conflitos intraestaduais prolongados podem também tornar-se alvo ou campo de recrutamento para

grupos rebeldes, gangues ou outros entidades ilícitas. Esta ameaça é especialmente acentuada quando o deslocamento é percebido como tendo uma dimensão intercomunitária, criando uma identidade definidora dentro do grupo vitimizado e uma alavanca para o recrutamento por parte de entidades mais aliciantes. Na medida em que essas deslocações atravessam as fronteiras, pode alastrar-se para países limítrofes, alimentando assim uma instabilidade regional alargada, como possivelmente foi o caso, durante anos, na região das Grandes Lagos.

As atuais estratégias são insuficientes

Para muitos governos africanos de países de origem dos migrantes, a saída de homens geralmente jovens e saudáveis, que compõem a maioria dos migrantes económicos, pode parecer uma válvula de escape para possíveis crises políticas devido ao desemprego, à sobrepopulação urbana, e outras preocupações socioeconómicas. Adicionalmente, os migrantes que conseguem, com êxito, emprego noutros países, enviam dinheiro para casa. Os dados do Banco Mundial mostram que as remessas monetárias de migrantes podem constituir uma parte importante do PIB de um país.

Contudo, conforme indicado previamente, os deslocamentos contribuem para uma série de preocupações imprevistas de segurança, inclusive para o país de origem. Além disso, certos países enfrentam ondas recorrentes de deslocamentos forçados por causa de conflitos em curso. De facto, essas crises políticas pendentes, estão a ser transferidas para os países vizinhos. Esses vizinhos e atores internacionais usam vários métodos para responder aos grandes influxos de populações vulneráveis que cruzam as suas fronteiras, com resultados diversos.